



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA
ABORDAGEM SOCIAL E PARTICIPATIVA NA GESTÃO NA ESCOLA.**

DANIELLA DEMÉTRIO RAID

BELO HORIZONTE, 2015

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA
ABORDAGEM SOCIAL E PARTICIPATIVA NA GESTÃO NA ESCOLA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do (a) Professor(a) Hasla de Paula Pacheco do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniella Demétrio Raid

CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA ABORDAGEM SOCIAL E PARTICIPATIVA NA GESTÃO NA ESCOLA.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Hasla de Paula Pacheco

Daniella Demétrio Raid

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que sempre tem me acompanhado nessa nova trajetória de minha vida, retorno aos estudos com uma nova perspectiva de superação e determinação. Aos meus filhos que tem sido pessoas a quem pretendo deixar o legado do estudo, da determinação, e da superação frente às diversidades apresentadas na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos da escola de gestores que me proporcionaram essa oportunidade ao ser selecionada no processo seletivo. Sou da área da assistência social, com uma tímida participação na educação, área de grande afeto e satisfação enquanto conselheira titular do FUNDEB.

Aos professores, e orientadores do curso em gestão escolar que sempre nos incentivaram acompanhando todo o processo de conhecimento nesta área. A aprendizagem foi conjunta, aprimorada com o tempo, e somatória à minha vida profissional.

Meu agradecimento e reconhecimento a toda equipe, vocês são fera! Tiveram aulas onde o desejo era ficar próxima dos (as) professores para “sugar” deles toda experiência adquirida na educação.

Enfim, finalizo meu agradecimento com uma frase de Charles Chaplin que diz: “Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema sobre os conselhos escolares na gestão na escola como importante ferramenta de participação na construção do PPP na gestão democrática, e tem como âmbito a revisão da literatura sobre a temática em questão ao qual embasaram o curso de gestão escolar da UFMG no ano de 2014. Partindo da análise teórica das concepções de participação social e democrática na gestão na escola, e as reflexões no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico do Centro Infantil Wilma Costa Pinto buscou-se descrever sobre a importância da existência desse canal de participação, o levantamento normativo do mesmo, somando ao PPP da escola Wilma da Costa Pinto, a importância da participação da comunidade escolar, na instituição para a emancipação humana. Objetivou-se explorar e refletir sobre a existência desse canal de participação no Centro Infantil Wilma da Costa Pinto Afonso, seu lócus, e os envolvidos, comunidade escolar e sociedade civil construindo saberes, aprendendo e com isso impulsionando a produção humana. A reflexão inicial aponta para a existência superficial do conselho escolar na instituição, meramente em resposta à legislação que normatiza e determina sua criação. O trabalho apresenta críticas em relação à inexistência efetiva de participação, e do conhecimento de fato deste espaço, como integrador entre a comunidade e escola.

Palavras-chave: Conselho escolar, participação, gestão democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA ABORDAGEM SOCIAL E PARTICIPATIVA NA GESTÃO NA ESCOLA.....	4
1.1 Processo histórico da democracia.....	6
1.2 O Conselho Escolar do Centro Infantil Wilma da Costa Pinto: construção e responsabilidade como espaço democrático de participação na gestão.....	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO Projeto Político-Pedagógico.....	18

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um estudo para a conclusão do Curso de especialização em Gestão Escolar da UFMG, cujo tema abordado é sobre os Conselhos Escolares na educação, destacando este órgão representativo, local ao qual tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeira no âmbito da escola. Assim, como um lugar de participação e decisão possibilitando a representação da sociedade e a promoção da gestão democrática. Somando ao trabalho, o TCC contribuirá na análise da construção do projeto político-pedagógico, que auxiliará na reflexão a respeito dos conselhos escolares, suas contribuições e desafios.

Ao longo do curso de Especialização em Gestão Escolar foram muitas as questões elencadas para pesquisar, e obter um maior conhecimento dos fatores contributivos que acentuam os diversos problemas sociais vivenciados no espaço escolar. Assim, pontuará nesta pesquisa alguns deles, mais especificadamente, as variadas e complexas facetas das expressões sociais apresentadas no contexto educacional, e o papel fundamental do conselho escolar para as possíveis mudanças que este espaço proporciona, e soma para o processo democrático de gestão definindo assim, metas e rumos na construção emancipatória do cidadão.

A temática será apresentada a partir de uma pesquisa bibliográfica tendo como instrumento o conteúdo desenvolvido através de leituras de textos desenvolvidos no curso de especialização. A proposta inicial é apresentar os desafios encontrados em uma gestão escolar que tem como princípio norteador a participação coletiva, e a busca pela efetividade de fato dos direitos sociais fundamentais, construídos pelo próprio cidadão.

Ao construir o PPP do CIM Wilma da Costa Pinto Afonso foi observado no eixo finalidades da educação, o objetivo de garantir às crianças a oportunidade de constantes aprendizagens de maneira ampla, do cognitivo ao social. Fundamental ao

seu desenvolvimento humano, visto que o processo é dialético proporcionando às crianças essa interação e construção de saberes, conseqüentemente oferecendo um desenvolvimento rico na sua construção humana. Vale salientar que seu processo nas relações sociais perpassa também na família, que contribui para essa construção do saber de seu filho (a). E nota-se e nos é levada a verificar que tipo de família encontra-se na escola? Ela participa? Ela comunica? Ela critica? Ela tem conhecimento prévio que este comportamento ativo na escola favorece segurança às suas crianças no expressar, potencializando seu aprendizado? A família compreende seu lugar na realidade vivida socialmente?

Abordar o tema conselho escolar como espaço democrático, na vertente social e participativa de gestão na escola se deve ao interesse em construir reflexões, e aprofundar o conhecimento acerca das possibilidades de construção de um momento onde vários atores, como família, comunidade e escola possam juntos elaborar o projeto político-pedagógico em favor da qualidade do ensino, da cidadania e justiça social.

Considerando que para compreender a importância do conselho escolar teve-se como base o PPP do Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto Afonso, onde se verifica o mínimo de entendimento, e envolvimento dos atores educacionais, familiares e comunitários com este espaço de participação, e também com a construção do projeto político-pedagógico da escola. O conselho escolar é pouco compreendido por todos, embora algumas ações, incipientes, como os projetos tenham sido desenvolvidos na instituição na tentativa de construção efetiva de participação e cidadania.

Destarte, é importante identificar conhecimentos e valores que possam contribuir para que o cidadão seja protagonista de suas ações de forma responsável visando uma participação efetiva no controle social, como estabelecidos pela gestão democrática escolar embora ainda encontram-se cauterizados permanecendo as características conservadoras e tradicionais na escola, não garantindo de fato a presença efetiva da família e da comunidade local no processo de construção da democracia participativa, através do conselho escolar e o projeto político-pedagógico da escola.

Dessa forma, com o intuito de exemplificar as questões levantadas, organizamos esse trabalho em três momentos sendo que, o primeiro amplia-se a reflexão ao entendimento do conselho escolar como espaço democrático, com uma abordagem social e participativa na gestão na escola. Um momento conceitual e de elaboração do papel da gestão democrática no processo de cidadania.

Em segundo momento trata-se de uma contextualização do processo histórico da democracia, sua concepção ideológica na luta em favor dos direitos e deveres, além do enfrentamento às desigualdades sociais; correlacionando-se a análise da gestão escolar na vertente participativa da comunidade escolar.

Na terceira fase foi feita a análise da política de educação, no contexto contemporâneo relacionando-se à gestão escolar na vertente participativa, com o intuito da abordagem democrática em defesa da cidadania plena. Apresenta a instituição Centro Infantil Wilma da Costa Pinto, onde se construiu o projeto político-pedagógico, com seu eixo de reflexão a respeito da participação da sociedade civil e escola correlacionando-se à temática de discussão. Reconhece o espaço escolar como um cenário de manifestações sociais expressas nas variadas perspectivas de gênero, raça/etnia, classes sociais, divisão de trabalho, etc. Deixando de ser um local somente onde se aprende ou estuda, e passou a ser representante direta da realidade social através das expressões sociais que concretamente devem ser defendidas pelos profissionais envolvidos neste espaço social.

1. CONSELHO ESCOLAR COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA ABORDAGEM SOCIAL E PARTICIPATIVA NA GESTÃO NA ESCOLA.

A gestão democrática é um ponto fundamental no processo de cidadania, na garantia de direitos, para uma educação de qualidade e emancipação do sujeito; na vertente participativa e coletiva potencializando o aprendizado político da comunidade, sendo um incentivo a democratização.

A curiosidade pela reflexão, e pelo estudo documental no curso de gestão escolar, se dá pelas situações apresentadas nas escolas de maneira geral, como as infreqüências, desinteresse, evasões escolares pressupostamente causadas pela falta de sensibilidade à questão social com suas expressões que perpassam nelas. Outro fator preponderante é a incompetência da gestão municipal, que abstêm dos diagnósticos elaborados em pesquisas municipais, em relação às demandas dos territórios existentes na cidade. Ressaltando também, as bases arcaicas, autoritárias, obsoletas e conservadoras de administração de pastas de relevada importância, como a educação. Contrapondo a essa temática, com manifestações preconceituosas, arbitrárias, discriminatórias de exclusão descartando uma legislação já constitucionalmente garantida.

As reflexões críticas durante a graduação em serviço social, a participação no conselho tutelar por 04 anos no município de Betim, e a experiência construída no CONFUNDEB – Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, também no município de Betim, e atualmente com o curso de especialização em gestão escolar pela UFMG permitiram o surgimento de indagações sobre a política da educação, no que tange as expressões sociais que borbulham nas escolas, muitas das vezes sem expectativas de mudanças, mesmo com esforços promovidos através de seminários, conferências, reuniões, plenárias e audiências públicas, por segmentos distintos com ações afirmativas, na tentativa de minimizar as discriminações e exclusão social.

Desta forma, importante destacar que ao estarmos diante de uma gestão democrática, a elaboração do PPP é um instrumento fundamental para a efetivação da participação de todos os envolvidos, no processo participativo e democrático.

Assumindo assim, uma nova postura com compromisso coletivo, ilimitado de possibilidades que nos leva a pensar a qualidade da educação.

Assim, com posse deste instrumento, este irá direcionar e ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da instituição. O PPP, de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa teremos o caminho mais assertivo para reinventar a escola dando significado às suas finalidades e objetivos.

Para a fundamentação teórica recorreremos a vários autores tais como: os seis cadernos instrucionais destinados aos conselhos escolares, escritos pelo Ministério da Educação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 1 – Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania; Caderno 2 – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola; Caderno 3 – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade; Caderno 4 – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico; Caderno 5 – Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor; e o Caderno de Consulta – Indicadores da Qualidade na Educação, cada qual com sua especificidade nas temáticas pontuadas tratando-se do universo brasileiro educacional considerando a função social da escola pública, sua legislação que a legitima nas suas funções, ações, planejamentos, atribuições com o foco em um processo contemporâneo participativo e mais democrático como proposta de fato ao princípio constitucional de gestão na educação.

Oliveira, Moraes, e Dourado (2014) conferem-se suas experiências na gestão escolar democrática, contemplando as variadas formas de explicitar problemas concomitantes as diversidades que se apresentam no plano político, socioeconômicos e locais, os quais diferenciam na maneira de gestão do trabalho, no âmbito democrático e participativo que é a nova proposta, com a contribuição necessária para ressignificar as ofertas de ensino, e consolidar o direito educacional.

Com uma abordagem mais pontual, Oliveira (2014) traz na sua abordagem a construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, em um contexto dinâmico de transformações sistemáticas da sociedade moderna, que requer de uma gestão democrática participativa um olhar mais reflexivo crítica, e interventivo acerca da proposta educacional legitimada constitucionalmente, ante as complexas exigências de

transformações que ocorrem paulatinamente na realidade brasileira cotidiana, como novo enfrentamento aos trabalhadores às novas demandas sociais apresentadas no processo educacional que se caracterizam ainda como “embarços atados”.

1.1 Processo histórico da democracia

“Democracia, como diz Stephen Holmes, não é simplesmente o governo da maioria, mas é, sobretudo, o governo que se dá pela discussão pública”.

Neste capítulo a intenção é trazer a abordagem histórica da democracia, para entender qual será a relação entre as diretrizes (ações/objetivos) dos conselhos escolares, enquanto órgão participativo de discussão, e a gestão democrática na perspectiva política e social de suas funções para a contribuição na construção do projeto Político-Pedagógico (PPP), e suas abordagens como pré-requisitos para a ampliação dos outros direitos que estão envoltos nelas, isto porque, a educação tratada nesta pesquisa, é a educação definida como direito social que historicamente é prerrogativa para a expansão dos direitos inerentes a todas as etapas humanas do sujeito enquanto um ser social.

O contexto da sociedade brasileira, marcada pelas manifestações populares no ano de 2013, fomentou a discussão em torno das causas motivacionais para que a população saísse às ruas, apresentando as mais diversas reivindicações. Questões como o fim da corrupção, a melhoria dos serviços públicos, a ampliação e afirmação de direitos, dentre outras, foram à pauta das reivindicações, e essas, objeto de análise de diversos estudiosos sociais. Reforço à discussão no viés social, pois é o momento contemporâneo que nos permite essa nova visão do ser humano, de um novo mundo, onde um cidadão inserido em seu meio perpassam todas as expressões sociais, políticas, econômico que o influenciam, e o motiva para alçar outros horizontes.

Segundo Carvalho (2005) em sua reflexão histórica diz que o esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais,

dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. “Não se diz “o povo quer isto”, diz-se” a cidadania quer’. Cidadania virou gente. O recorte deste estudo é a Constituição de 1988, no auge do entusiasmo cívico, ou seja, a Constituição Cidadã. E em alusão à educação neste processo se percebe que a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política. O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico.

Nesta vertente educacional democrática que o gestor escolar apropria-se de toda sua formação técnica consciente, social e participativa para fazer a interlocução necessária entre a sociedade, os atores educacionais, os alunos, a família promovendo assim a ideia central em que se baseiam a justiça social. Além é claro das leis básicas da educação, suas diretrizes que as legitimam á organização educacional e política da sociedade.

Gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa são termos que, embora não se restrinjam ao campo educacional, fazem parte da luta de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática (OLIVEIRA, MORAES; DOURADO, 2014, p.01)

Assim, o trabalho se apresenta com conceitos que vieram sendo diferenciados frentes as mudanças econômicas, sociais e políticas que nos forçam fazer novas reflexões aos fenômenos apresentados em suas complexidades. Na tentativa de identificar e/ou descobrir as articulações, os meios utilizados pela educação, respaldadas em legislações com resultados ainda insatisfatórios, e precários em relação à qualidade.

É verdadeiro que a escola pública tem de responder a novas situações vividas, seja no ato de ensinar e de aprender, integradas no processo de criação do conhecimento, seja no tratamento das questões de ordem política, econômica, científica e tecnológica, a fim de ser uma instituição corresponsável pelas questões de seu tempo, questões vivas. (SILVA, 2003 p. 283-301).

1.2 O Conselho Escolar do Centro Infantil Wilma da Costa Pinto: construção e responsabilidade como espaço democrático de participação na gestão.

No contexto contemporâneo a política de educação no Brasil está sobre o prisma de acumulação do capital, portanto sofrendo influências da égide do neoliberalismo, pautado pelas determinações dos organismos Internacionais. Não será necessário expandir sobre a influência econômica na política da educação, é apenas para entender que há contradições entre as demandas institucionais e profissionais que estão presentes no universo educacional, ponderando sobre os limites e as possibilidades de se expandir neste espaço socio-ocupacional com novas ideias e proposições. Diante dessa realidade e pensando na perspectiva da totalidade, é necessário refletir a “escola” como espaço contraditório. E é nessa contradição no interior dela onde há a possibilidade de mudança, haja vista as lutas que ali são travadas. Assim, refletir sobre a função social da escola implica repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõem.

“A escola pública poderá, dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria”. (Caderno 1 – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, p.18)

Como Martins (2014) ressalta em relação à Política de Educação, como uma das políticas sociais brasileiras que sempre foi fragmentada, parcial no atendimento às reais demandas da classe trabalhadora, atualmente marcada pela perspectiva economicista, onde a função social da educação está subordinada, controlada para responder às demandas do capital (MARTINS, 2014, p.59).

Considerando a reflexão, e contraditória à possibilidade a qual se busca na gestão democrática, na construção do PPP, e nos conselhos escolares, a Política de educação também traz possibilidades da construção histórica de uma educação que contribua com a emancipação humana. Mesmo com o marco legal nas legislações que amparam a política de educação, no âmbito da participação, e deliberações sabe-se da existência de forças antagônicas que permeiam o processo político-pedagógico na

sociedade capitalista, ou seja, há um confronto entre as metas e ações que por ela perpassam, com jogos de interesses complexos que vão além de uma ampla perspectiva educacional.

“O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos (Caderno 1- Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares, p.20).

O CIM Wilma da Costa Pinto em seu eixo pedagógico do PPP, onde especificadamente pontua a articulação da instituição com a família e comunidade busca garantir a participação efetiva da família e o envolvimento da comunidade nas ações e projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo. Ainda de maneira incipiente e tímida, visto que a participação se torna focalizada e superficial direcionada somente às crianças, não levando em consideração que estas estão inseridas em um contexto histórico-social, além do familiar. As reuniões periódicas finalizam em conceitos, advertências e elogios pontuais. As relações sociais que possibilitariam o envolvimento maior entre os pais, professores e comunidade são insuficientes nas suas abordagens, mesmo que a intenção da instituição seja ampliar as possibilidades de interação, aprendizagem, alegria e vida das crianças reconhecendo seu direito e do próximo. A vida social está submetida ao domínio e objetivo da secretaria de educação, a autonomia dos profissionais ainda responde a um nível hierárquico onde incide diretamente a aplicação das políticas públicas. O que poderia ser universal passa a ser focalizado. Uma inversão de direito para benefício, o que poderia ser cidadania parece ser clientelismo.

Daí, a importância da efetividade do conselho escolar, onde a participação parte dos pressupostos que todos os representantes, da escola e da comunidade estejam organizados, dispostos e críticos em relação às questões administrativas, financeira, e político-pedagógica levando-os às análises de fato, para devidas medidas e procedimentos em que esta instância utiliza para o cumprimento dos interesses coletivos.

Assim como um espaço de reflexão e discussão, encaminhamentos e decisões contribuirão para decodificar o social através de ações sócio-educativas, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar somando ao processo de politização desfazendo preconceitos, crenças, mitos e concepções deturpadas sobre o processo de construção do PPP e da gestão escolar, mal compreendida por muitos e assim promovendo a gestão democrática.

Se considerarmos o papel fundamental da escola, como uma instância política e pedagógica, no processo de viabilizar o bem comum, proporcionando os meios necessários para que os cidadãos possam realizar suas aspirações, no interior e fora da escola promovendo a justiça social; definiremos que os conselhos escolares, serão os pilares de incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão de planos determinantes da escola numa concepção democrática, socializadora, e emancipatória do cidadão, e de exercício de poder sobre aquilo que os pertence, ou seja, que diz respeito aos objetivos coletivos.

Constitui-se também uma demanda profissional, um novo perfil do educador no processo de coletivizar as demandas individuais existentes no espaço educacional dando a elas visibilidade, ao dialogar através da participação efetiva nos espaços democráticos de controle social levando informações que possam contribuir no planejamento das políticas educacionais, e no reconhecimento da realidade inclusive do território onde a instituição está inserida.

“O projeto político-pedagógico elaborado apenas por especialistas não consegue representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar” (Caderno 1, p.33).

A construção do PPP deve estar além de uma condição de causa e efeito, onde se constrói e depois se esperam os resultados, como se as ações fossem automáticas e os resultados conseqüentemente exitosos. Não! Há uma necessidade de se conhecer, compreender seu contexto, interpretar efetivamente aquilo que se lê, ouve e vê cotidianamente, codificando e interpretando nos textos impressos e na realidade refletir sobre a importância de uma boa educação de boa qualidade para a formação do

indivíduo, não apenas uma educação que ensine decodificar letras. Assim, a comunidade, a sociedade e o sujeito (aluno e família) tornam-se protagonistas de suas histórias, compreendendo e conscientizando do seu papel de interventor para a construção de seus projetos de vida. Se tornem engajados, buscam, reivindicam e consolidam uma gestão democrática, capacitados para intervir de maneira positiva na melhoria da qualidade da vida em sociedade.

Oliveira (2014, p.01) pontua que “as pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substanciais para a construção do projeto político-pedagógico (PPP) da escola”. Uma vez que, esta estratégia democrática de articulação parte do sentimento de pertencimento da escola por todos os envolvidos nela, levando em consideração o seu entendimento quando construído por todos, e o comprometimento com ele quando se requer a participação efetiva de responsabilidade social, ou seja, quando chamados de “conselheiros da cidadania”. Assim, o PPP vem despertar um novo olhar, um novo mundo descortina-se quando o cidadão passa a ter consciência do seu poder de influenciar e de decidir. Inicia a percepção como um cidadão, consciente de seus direitos e deveres, sua emancipação é estimulada a exercer uma postura ativa na decisão sobre a gestão, seja financeira, educacional, administrativa da escola.

Quebra-se o paradigma da burocracia como modelo de gestão e apropria-se das novas formas de gerir a escola, com proposições elaboradas através da participação, do diálogo, na construção coletiva, buscando nos problemas da escola uma tentativa mais assertiva de democracia, superando-se as formas autoritárias, conservadoras criando-se através do diagnóstico, e avaliação, meios e formas de administrar coletivamente a escola, priorizando o que deve ser trabalhado.

Em se tratando da gestão democrática se percebe que na escola a presença do Conselho Escolar é fundamental para toda discussão dos temas pontuais, focais, e subjetivos, pois ele concilia representantes da comunidade escolar para decisão dos destinos da escola, sejam nos projetos desenvolvidos, administrativos, pedagógicos, financeiros e da valorização dos profissionais.

Assim, na tentativa de buscar respostas para a falta de efetivação da participação da comunidade na escola se percebe que a integração escola/comunidade

ainda é um desafio, e um processo ao longo prazo de construção, de um conselho escolar efetivamente funcional, para uma gestão escolar, na perspectiva democrática e participativa refletindo assim uma educação de qualidade e digna para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um procedimento dinâmico, e é universal compreendida e correlacionada num contexto econômico, social e cultural. Ela pode ser adquirida nos diversos espaços onde há apropriação da cultura e de práticas sociais. A escola é o espaço onde o conhecimento é considerado a matéria-prima da educação escolar, e desenvolve-se de forma aprimorada dentro do sistema.

Diante da discussão teórica sobre o conselho escolar desenvolvida ao longo desse trabalho, associada à análise do desenvolvimento histórico da democracia pelo qual a educação, em constante desdobramento em seus processos surge alguns aspectos passíveis de serem pontuados. Esses envolvem desde as legitimações, regulamentações formais brasileiras, onde a escola pública tem seu papel, através da representação do Estado, proporcionando a todos os indivíduos sem discriminações de raça, etnia, gênero e deficiências, as condições básicas, para que se desenvolvam enquanto sujeitos de direitos, em consideração às diversidades de cada um reconhecendo seu lugar enquanto cidadão participativo, crítico e co-responsável de uma qualidade de ensino. Busca-se com o empoderamento uma maneira inovadora de enfrentar as desigualdades sociais, diversas, existentes tanto na esfera pública quanto privada estimulando-se assim a ampliação das capacidades individuais, com acesso as fontes de poder.

Destarte, é necessário que a escola possibilite ao indivíduo uma educação integral, considerando-o na sua totalidade, seja ele enquanto sujeito histórico, social e de direito, visto seu reconhecimento à cidadania, das diferenças e desigualdades existentes em seu contexto. A proposta do trabalho foi enfatizar a importância da construção do PPP do Centro Infantil Wilma da Costa Pinto Afonso avaliando seus eixos, princípios e diretrizes da educação e seu objetivo de garantir às crianças a oportunidade de constantes aprendizagens, além da contribuição da comunidade escolar e sociedade civil na gestão escolar através do conselho escolar em uma vertente participativa e democrática, a partir de uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada da questão, que trouxe algumas prerrogativas no que se refere às expectativas de confirmação das hipóteses elencadas inicialmente.

Nesse sentido, a comunidade escolar do Centro Infantil Wilma da Costa Pinto Afonso, pais e profissionais da escola e a sociedade civil tem um novo desafio demandado: uma preparação para construir, e responder à institucionalização da participação reavaliando seu novo perfil como mediador de mudanças nessa nova cultura. A proposta do conselho escolar do Centro Infantil Wilma da Costa Pinto Afonso, se concretiza nesse momento, em que a sociedade movimenta-se surgindo experiências positivas de transformações fundamentais para a garantia de fato dos direitos básicos já constituídos legalmente. A discussão da participação da comunidade no interior e fora da escola através das discussões nos conselhos escolares significa percorrer todo o trajeto das políticas públicas que direcionam a educação brasileira.

A gestão democrática propõe novas maneiras de fazer e refletir a educação conforme a LDB e demais legislações em vigor, que surgiram para reforçar as diretrizes instituídas pela Constituição Federal de 1988, no que tange a compreensão da importância da participação da comunidade na escola. Percebe-se que este vínculo ao compromisso sócio-político da comunidade/escola ainda é deficitário, visto a confiança não construída entre ambos. Além do engessamento cultural com práticas centralizadas, autoritárias e conservadoras fomentando o distanciamento entre escola/comunidade.

No eixo do currículo, por exemplo, o trabalho desenvolvido no CIM Wilma da Costa Pinto Afonso leva em consideração o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e bases (LDB), o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Proposta Curricular da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Neste contexto o trabalho é organizado por áreas de conhecimento, a partir de livros didáticos, por datas comemorativas, por áreas de desenvolvimento, por eixos de trabalho e através de projetos.

É levada em conta também a experiência profissional de cada indivíduo que trabalha nesta instituição, bem como os conhecimentos prévios das crianças atendidas e as características da comunidade onde o centro está inserido. Essas ações visam à busca de autonomia para alcançar com êxito as metas traçadas em relação ao desenvolvimento integral da criança, respeitando as especificidades do

desenvolvimento infantil integrando as ações do cuidar e educar (PPP CIM Wilma da Costa Pinto Afonso, p.15).

A função social da escola precisa também ser reavaliada na sua concepção, ou seja, não só respondendo as legislações educacionais pedagógicas e financeiras que a ampara, mas ampliando seu entendimento, e reflexões na instância política social, e do conhecimento, onde o PPP do CIM Wilma da Costa Pinto Afonso apresenta ineficiente nestas perspectivas, com obstáculos a serem superados. Não foi percebido nessa construção do projeto político-pedagógico ações evidenciadas e concretas da participação da comunidade na escola.

O estudo evidenciou barreiras que impedem que este espaço tome destaque de reflexão, e de efetiva participação em decorrência da carência de algumas condições fundamentais, como: falta de conhecimento do espaço, e da função dele, pela comunidade e pelos profissionais da escola; a falta de reconhecimento da identidade da escola em relação à sociedade local, e seu território, e o distanciamento e diferenças entre gestores e dirigidos.

Conclui-se: pode a escola exercer seu papel de coadjuvante na transformação social, visto a conjuntura contemporânea, a partir de sua nova concepção de promoção, de situações favoráveis à construção dos diferentes saberes, do compartilhamento coletivo em prol de todos. Tem-se que refletir que o mesmo aluno que entra pelos portões da escola, é o mesmo que se apresenta na comunidade, na família, nas relações sociais. Ele é parte integrante de um universo complexo, amplo e diversificado que trazem também características e influências da conjuntura social, econômica e política da sociedade de hoje. Ou seja, as relações sociais, em todos os níveis de interação, entre as pessoas tornou-se historicamente mais ampla e complexa, assim instituindo-se novas formas e características de dominação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n.9394/96**. Disponível em: ><http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>>. Acesso em 10 de dez.2014.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública/** elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania/** elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. 56p. il.(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 1).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola/** elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004.68p.: il(Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade/** elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004.64 p.: il(Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 3)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico/** elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 4)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar gestão democrática e escolha do diretor /** elaboração Ignez Pinto Navarro...[et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Políticas educacionais e contribuições para o serviço social**. Artigo (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Revista Conexão Geraes/2 semestre de 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto pedagógico.** pdf.2014.UFGM.

OLIVEIRA, J.F; MORAES, K.N; DOURADO, L.F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação.** 2014.UFG.

Revista **Conexão Geraes** / Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. v.3,n.5 (2014). – Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.Semestral ISSN:2358-839X.1.Serviço social. 2.Políticas sociais.3.Cidades. I Conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais. II Título. CDD362.1 CDU 36.

17

SILVA, Maria Abádiada.Do Projeto Político do Banco Mundial ao projeto Político-Pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>.

ANEXO Projeto Político-Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PPP DO CENTRO INFANTIL WILMA DA COSTA PINTO AFONSO:
UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE GESTÃO ESCOLAR**

**ALEXANDRA EUGÊNIA NUNES
DANIELLA DEMETRIO
NATÁLIA CÂMARA REZENDE**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PPP DO CENTRO INFANTIL WILMA DA COSTA PINTO AFONSO:
UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DE GESTÃO ESCOLAR**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvida na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Mariângela do Curso de Especialização em gestão Escolar da Universidade Federal de Minas gerais (UFMG)

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

Introdução.....	4
1- Finalidades da Escola	5
2- Estrutura Organizacional	8
2.1- Estrutura Organizacional Administrativa.....	8
2.2- Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3- Currículo.....	15
4-Tempos e espaços escolares.....	16
5- Processos de Decisão.....	20
6- Relações de Trabalho.....	21
7- Avaliação.....	23
Considerações Finais.....	24
Referências bibliográficas.....	25

INTRODUÇÃO

O Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto Afonso está localizado na Avenida 4, nº 3 no bairro Vila da Flores, Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais - CEP: 32.636.660.

A instituição foi fundada com a verba do programa do Proinfância que é um programa do Governo Federal criado para prestar assistência financeira em caráter suplementar, ao Distrito Federal a aos municípios que assinaram o termo de adesão ao plano de metas e Compromisso Todos pela Educação e elaboram Plano de Ações Articuladas (PAR)> Os recursos destinam-se á construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

A presidenta da Republica Dilma Rousseff, e o ministro da Educação Aloísio Mercadante inauguram a instituição no dia 11 de mais de 2012, onde a unidade recebeu o nome de uma professora que trabalhou por mais de 20 anos na rede de educação de Betim Wilma da Costa Pinto Afonso.

O Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto Afonso oferece atendimento de Creche para crianças de 1 até 3 anos de idade e de Pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade . Atualmente recebe 194 crianças em horário integral ofertando um atendimento de qualidade considerando os princípios do educar e do cuidar.

Está localizado na região norte do município de Betim. Cada região possui suas especificidades não sendo assim diferente da nossa, pois temos pontos em comuns, considerando as características da nossa cidade.

A maioria das crianças atendidas pertence a famílias de baixa renda. Grande parte das famílias apresenta problemas estruturais, relacionados à falta de planejamento familiar, o que ocasiona pais e mães precoces, dificuldades socio econômicas e risco social. Para a sobrevivência, tais famílias muitas vezes contam com auxílios do governo federal, como a Bolsa Escola, Bolsa Família entre outros benefícios ofertados pelo governo municipal.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

O Centro Infantil Municipal Da Costa Pinto Afonso do Município de Betim atende Crianças de 1 no ate 5 anos de idade, ofertando uma educação infantil de qualidade pautada nos princípios indissociáveis do cuidar e do educar.

A Proposta Política Pedagógica do centro de Educação Infantil tem como objetivo garantir à criança acesso a processo de construção, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens linguagens, assim como o direito. à proteção, á saúde, à liberdade, á confiança, ao respeito, á dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças.

A educação Infantil está para a criança como uma oportunidade de constantes aprendizagens, um espaço para que ela seja cuidada e educada, promovendo o seu desenvolvimento nos aspectos cognitivos, sociais, culturais, afetivos, intelectuais e motores. A aprendizagem é um processo dialético, na qual o desenvolvimento humano é perpetuado e garantido nas relações sociais as crianças são construtores ativos de estruturas de pensamento e quanto mais estimulados forem mais ricos e completo será o seu processo de desenvolvimento.

Deve-se conceber a criança conforme afirma o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

“A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e apreender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos, cujas percepções e compreensões da realidade são diversas.” (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil).

É importante levar em consideração as diferenças individuais que são pontos de partida de chegada, pois as crianças percorrem diferentes caminhos em sua aprendizagem já que cada um tem seu jeito de aprender e o educador tem papel fundamental neste processo. Há uma constatação de que as crianças desde muito

pequenas, constroem conhecimentos sobre qualquer área á partir do que faz deles em sua vivencias, da reflexão e da comunicação de ideias e representações.

Criança

A criança é um ser social, em processo de desenvolvimento, que traz consigo uma historia de vida, sonhos, expectativas, experiências e conhecimento. É único, étnico e com uma historia sociocultural própria, imersa em um seio familiar e social aprendendo através de linguagens. Levamos em conta a dimensão e concepção de que toda criança é um ser múltiplas, relacionando e levantando suas próprias hipóteses e interagindo com o meio.

Espaços de Aprendizagens

Defendemos que a instituição de educação é um local aberto à comunidade que visa às aprendizagens diversas, o oferecimento de uma alimentação balanceada, o cuidar, o brincar, o respeito, a promoção da diversidade cultural. Proporcionando-lhe condições de desenvolvimentos.

O Brincar

Ferramenta fundamental para que a criança possa se expressar e buscar prazer, desenvolver autonomia e capacidades múltiplas, promovendo dessa forma interações, experimentações e realizações. Nessa perspectiva, a criança aprende, exercita suas novas habilidades, assimila medos e aflições, explorando o que há de novo ao seu redor. A brincadeira é fundamental na infância da criança possibilitando assim algumas capacidades importantes.

Aprender

Construir e reconstruir conhecimentos e saberes a partir de conflitos estabelecidos e dos conhecimentos prévios das crianças faz-se necessário que o educador crie situações significativas de aprendizagem, para se alcançar o

desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas, mas é, sobretudo, fundamental que a formação da criança seja vista como uma to inacabado, sempre sujeito a novas inserções, novos recursos e novas tentativas.

Educar

Educar significa propiciar cuidados, brincadeiras, aprendizagens significativas e orientadas através de mediações e intervenções, visando sempre ao desenvolvimento amplo da capacidade infantil no que tange à socialização, a fim de promover o respeito às questões culturais e sociais contribuindo para o processo de construção de identidade e autonomia das crianças.

Cuidar

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver capacidades. as ações vinculadas ao cuidar são apresentadas de forma a salientar o desenvolvimento integral da criança envolvendo os aspectos biológicos, afetivos, relacionais, alimentares e referentes á saúde.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do CIM está pautada no trabalho conjunto entre o administrativo e pedagógico.

Sendo assim faz-se necessário realizar a descrição do trabalho realizado pela equipe relacionando-os aos aspectos físicos, humanos, financeiros, administrativo e de como esses elementos se articulam, interferindo na qualidade das ações desenvolvidas.

2.1. Estrutura Administrativa

Regime de Funcionamento

O Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto Afonso funciona de 7:00 às 17:00 Horas.

As turmas são divididas por idade, 1 a 3 anos creches e 4 e 5 anos pré-escola, com atendimento integral, considerando o espaço físico, a estrutura e a demanda da comunidade em que o CIM está inserido.

O regime de trabalho dos funcionários é de oito horas, com uma hora de almoço. Os funcionários são organizados em horário distintos: 7:00 às 16:00 ou 8:00 às 17:00. Em sua organização o CIM possui:

Relação de Professores

PROFESSORES	HABILITAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL					
		CRECHE			PRÉ-ESCOLA		
		1 ANOS	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	
Jaqueline Ap ^o de Rezende	Pedagogia	x					

Vandira Lopes M. C. Da Costa	Magistério	X				
Walfange Katine F. Xavier	Magistério	X				
Aline Alves da Crus Lima	Magistério	X				
Alexandra Coelho de Almeida	Magistério		x			
Cristiane Imaculada da Mata	Magistério Jornalismo		x			
Neuzi Gomes do Carmo	Serviço Social		x			
Adriana Maria Garcia	Magistério		x			
Grazielle Karla Barbosa Batista	Magistério		x			
Maria de Lurdes G. dos Santos	Magistério		x			
Silvana M. da Silva Ferreira	Magistério		x			
Dalva Maria Martins	Economia Domestica		x			
Luciene de Oliveira Costa Fernandes	Pedagogia			x		
Marília Costa de Castro	Magistério			x		
Alessandra Oliveira Amaral Rodrigues	Magistério			x		
Marlene Rodrigues Paula Oliveira	Magistério			x		
Nilza de Souza Carvalho Braz	Pedagogia			x		
Claudia Oliveira Silva Fernandes	Magistério			x		
Nelza Fernandes Pereira Prado	Magistério				x	
Camila Vieira Lima	Magistério				x	
Ilza Maria dos S. Silva	Magistério				x	

Vânia Lúcia dos Santos	Pedagogia					X
Alessandra A. de M. Queiros	Magistério					X

FUNCIONÁRIOS	HABILITAÇÃO	FUNÇÃO
Ivonete Maria dos Santos	Magistério	Diretora
Kely Cristina Patrocinuo	Magistério	Tesoureira
Dolores Lopes Lima de Oliveira	Magistério	Auxiliar Administrativo
Marta Maria Barretos	Pedagogica	Coord. Pedagógica
Natália Câmara Rezende	Pedagogia/Servio Social	Coord. Pedagógica
Angélica Alves Faria	Ensino Médio	Atend. de Apoio Pedag.
Keylla Aparecida da Costa neves	Pedagogia Incompleto	Atend. de Apoio Pedag.
Maria das Graças Maira	Ensino Médio	Cozinheira
Thais dos Santos Castro	Ensino Médio	Auxiliar de Cozinha
Maura Vital Rosa	Ensino Médio	Agente de Serviços Gerais
Maria Helena Corrêa Rezende	Ensino Médio	Agente de Serviços Gerais
Aclério Caldeira Andrade	Ensino Fundamental	Vigia
Jovino Ribeiro dos Santos	Ensino Fundamental	Vigia

Este quadro será atualizado que necessário. as funções de cada funcionário são definidas através do regimento

Espaço físico, as instalações e os equipamentos

O CIM possui prédio próprio (propriedade pública do município). O espaço físico é dividido da seguinte forma:

- Cozinha;
- Despensa alimentar;
- Refeitório;
- Secretaria;
- Salas de aula;
- Banheiro para funcionários;
- Banheiro para as crianças;

- Parquinho;
- Coliseu;
- Almoxarifado;
- Campinho;
- Sala do diretor;
- Estacionamento.

Para o atendimento das crianças, as professoras contam com recursos didáticos - pedagógicos diversos; material de estudo, livros de literatura infantil, jogos e brinquedos apropriados para as idade das crianças atendidas, televisores, aparelhos de DVD, som, computadores, impressora, copiadora, parêlho telefônico e outros.

A habilitação e os níveis de escolaridade dos recursos humanos

Os professores de educação infantil e auxiliares administrativos do Centro infantil Municipal são admitidos em concurso públicos, ou seja, são servidores do quadro da Secretaria de Educação da prefeitura Municipal de Betim, em regime estatutários.

Art. 62 da 9.394 LDB de 20/12/96

A formação de docentes para atuar na educação infantil básica far-se-à em nível superior , em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Capítulo III da resolução nº 443, de 29 de maio de 2001

Dos Profissionais da Educação Infantil

Art. 12 - O professor para atuar na educação infantil será formado em curso superior específico, admitida como formação mínima a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Parágrafo Único - A educação continuada dos professores em exercício do magistério em instituições de educação infantil públicas será promovida pelo estado e pelos municípios em regime de colaboração.

Art. 13 - Os Diretores ou Coordenadores devem articular as ações de cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos, com todos os profissionais componentes da equipe, inclusive os de outras áreas como a Assistência Social e a Saúde.

Art. 14 - Para os demais profissionais das instituições de educação infantil, públicas ou privadas, será exigida a escolaridade de ensino médio, admitindo-se como mínimo e ensino fundamental.

O cargo de Diretor através de eleição escolhido pela comunidade escolar, possui habilitação em magistério e superior em pedagogia.

O Coordenador Pedagógico é escolhido através de eleição entre o coletivo da instituição. Para o cargo exige-se a graduação em pedagogia ou Normal Superior.

O vigia, auxiliar de cozinha e limpeza são contratados pelo regime de CLT, através de empresas terceirizadas e possuem formação mínima de ensino fundamental.

A educação continuada dos seus profissionais

A formação dos funcionários ocorre de forma contínua e progressiva através de:

- Momentos na instituição; individual, em pequenos grupos e coletivos nos dias destinados ao planejamento, garantido em calendário escolar e organizados pela coordenação pedagógica e educadores.

- Momentos de formação proporcionados pela Secretaria Municipal de Educação e seus parceiros: palestras, seminários, oficinas , entre outros.

As temáticas escolhida buscam atender a demanda específica, qual seja, o atendimento de qualidade às crianças, em toda a sua complexidade e especificidades.

2.2. Estrutura Pedagógica

A relação professor / criança

É papel do professor de educação infantil proporcionar a crianças formas variadas de construir o conhecimento, através de suas experiências do cotidiano, buscando o relacionamento professor - criança de maneira harmoniosa, amigável e respeitosa, onde cada criança tenha espaço para desenvolver suas habilidades e expor suas ideias, enriquecendo assim o conhecimento de todo o grupo e proporcionando um ambiente acolhedor que propicia a autoestima e a aprendizagem.

A organização do trabalho / planejamento

Visando manter a qualidade da educação das crianças, temos como parâmetro em nosso planejamento diário o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os Parâmetros Curriculares, a proposta Curricular da Educação Infantil do município, que possuem diretrizes, metas e habilidades a serem desenvolvidas na linguagem oral, escrita, matemática, psicomotricidade, natureza e sociedade.

Articulação da Instituição com a família e a comunidade

O Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto busca garantir a participação efetiva da família e o envolvimento da comunidade nas ações e projetos desenvolvidos. São realizadas reuniões periódicas com os pais e professores para acompanhar o desenvolvimento das crianças mantendo também diálogo permanente com as famílias para troca de informações e experiências, já que ambos tem um objetivo comum: promover desenvolvimento integral e educação de qualidade para as crianças.

O CIM busca envolver a comunidade na participação em projetos, comemorações, atividades de lazer e cultura, além de assembleias para discussões e decisões importantes para a unidade

3. CURRÍCULO

O currículo é aqui entendido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos diversos com vistas em promover o desenvolvimento integral das mesmas.

Portanto um possui caráter instrumental e didático de forma que no cotidiano da instituição de educação infantil, as linguagens e as práticas se processem integralmente. Assim o currículo contribui para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação do processo pedagógico, onde deve ser considerada a pluralidade e as diversidades, favorecendo assim a elaboração de propostas educativas que respondam as demandas da comunidade atendida.

Desta forma o trabalho desenvolvido no CIM leva em consideração o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e bases (LDB), o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Proposta Curricular da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Neste contexto o trabalho é organizado por áreas de conhecimento, a partir de livros didáticos, por datas comemorativas, por áreas de desenvolvimento, por eixos de trabalho e através de projetos.

É levada em conta também a experiência profissional de cada indivíduo que trabalha nesta instituição, bem como os conhecimentos prévios das crianças atendidas e as características da comunidade onde o centro esta inserido. Essas ações visam a busca de autonomia para alcançar com êxito as metas traçadas em relação ao desenvolvimento integral da criança, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil integrando as ações do cuidar e educar.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Assim como na vida, na instituição de educação infantil, ocorrem práticas de organização do tempo e do espaço como forma de ordenamento das relações estabelecidas entre os vários atores e suas práticas. Esta organização impõe regras, valores e condutas que são interiorizadas pelos envolvidos no processo educacional.

Nesta perspectiva, a organização dos tempos e espaços escolares aqui pensada tem por objetivo regular os tempos infantis estabelecendo aspectos como o tempo de brincar e formas de viver e conviver no espaço educativo.

Assim em acordo com a Proposta Pedagógica de uma instituição de ensino infantil organizar o planejamento diário das atividades realizadas junto às crianças, a rotina e os projetos que precisam de um roteiro a ser seguido.

Neste contexto o planejamento da rotina das crianças leva em consideração o espaço físico da instituição (interno e externo), os recursos humanos e materiais disponíveis. O horário é organizado de forma a contemplar áreas de conhecimentos previstos no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, diferentes momentos, situações e necessidades essenciais ao desenvolvimento das crianças tais como:

- Matemática;
- Linguagem oral e escrita;
- Natureza e Sociedade;
- Movimento;
- Alimentação: hidratação, lanche, almoço, jantar;
- Higiene: lavar as mãos, banho, escovação dos dentes, troca de fraldas, etc.;
- Recreação;

Quadro de Rotina Creche I e II (Integral)

Horario	
7:30 às 8:00	Chegada a/ acolhida / rotina
8:00 às 8:20	Café
8:20 às 9:20	Atividades externas

9:20 às 10:30	Banho e hidratação
10:30 às 11:30	Almoço
11:30 às 13:00	Repouso
13:00 às 13:30	Hidratação / lanche
13:30 às 14:30	Atividades pedagógicas
14:30 às 15:30	Troca de roupa
15:30 às 16:00	Jantar
16:00 às 16:30	Saída

Atividades Externas: Trabalhos com movimento, exploração do corpo, exploração dos espaços da instituição

Atividades pedagógicas: vídeo, música, dança, contação de história, teatro, linguagem plástica (massinha, colagem, pintura), jogos.

Quadro de Rotina Creche III (Integral)

Horario	
7:30 às 8:00	Chegada a/ acolhida / rotina
8:00 às 8:30	Café / higiene pessoal
8:30 às 8:50	Rodinha
8:50 às 9:15	Atividades
9:15 às 9:30	Hidratação
9:30 às 10:00	Brinquedos diversos
10:00 às 10:30	Massinha
10:30 às 11:00	Livre
11:00 às 11:40	Almoço e higiene
11:40 às 13:00	Repouso
13:00 às 13:30	Hidratação / lanche
13:30 às 15:00	Atividade pedagógicas
15:00 às 15:50	Jogos na área externa
15:50 às 16:20	Jantar
16:20 às 16:30	Saída

Atividades Externas: Trabalhos com movimento, exploração do corpo, exploração dos espaços da instituição

Atividades pedagógicas: vídeo, música, dança, contação de história, teatro, linguagem plástica (massinha, colagem, pintura), jogos.

Quadro de Rotina Pré - Escola I e II (Integral)

Horário	
7:30 às 8:10	Chegada a/ acolhida / rotina
8:10 às 8:30	Café
8:30 às 9:30	Projeto em sala
9:30 às 9:50	Hidratação
9:50 às 11:10	Atividades pedagógicas
10:00 às 10:30	Almoço e higiene
11:10 às 11:40	Repouso
11:40 às 13:00	Hidratação / lanche
13:00 às 13:30	Atividade Pedagógicas
13:30 às 15:00	Jogos na área externa
15:00 às 16:00	Jantar
16:00 às 16:20	Saída

Atividades Externas: Trabalhos com movimento, exploração do corpo, exploração dos espaços da instituição

Atividades pedagógicas: vídeo, música, dança, contação de história, teatro, linguagem plástica (massinha, colagem, pintura), jogos, matemática, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade.

A intenção desta organização é ampliar as possibilidades de interação, aprendizagem, alegria e vida de forma que a criança reconheça o seu direito e o do próximo através do respeito mútuo.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto acredita que a educação é como um sistema geral, onde a educação escolar não basta, pois o processo de aprendizagem do ser humano começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte. A educação infantil entra neste processo como um alicerce que precisa ser sólido e, portanto é uma fase muito importante.

Assim entende-se que para estar na gestão de uma instituição de tanta importância faz-se necessário que seja alguém consciente da demanda social a gestão democrática.

Entende-se por Escola Democrática aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção de educação de qualidade para todos. E quando se associa a participação nesse processo, ela vem agregada de responsabilidade social que é inerente à democracia, ou seja, um processo em que se criam condições e se estabelecem as orientações necessárias para que os indivíduos envolvidos coletivamente, não apenas tomem parte, regularmente e continuamente, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para sua efetivação.

Desta forma pretende-se estabelecer uma gestão democrática entendida, portanto como espaço de deliberação coletivo onde os profissionais se comprometam com a qualidade e a comunidade escolar seja participativa e esteja aberta ao diálogo como forma de encontro e solução de conflitos.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho no Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto está pautada na idéia de que a Proposta Política Pedagógica constitui um compromisso com o desenvolvimento global da criança e para tanto cabe a equipe assumir esta responsabilidade em conjunto.

Desta forma a gestão busca através da divulgação do estatuto tornar de conhecimento de todos a função de cada membro desta equipe que precisa estar ciente da importância da realização de um bom trabalho. Afinal como uma instituição social, faz-se necessário estabelecer uma organização para que por meio de todos envolvidos sejam planejadas as ações priorizando e cumprindo a finalidade a que veio, o melhor atendimento à criança.

Através do trabalho da gestão tem-se a organização administrativa no que concerne, a horários e funções. Isto através da gestora e seu corpo administrativo que conta com a tesoureira que lida com as finanças prestando contas no caixa escolar e na divisão de merenda e a auxiliar administrativa que presta contas da escrituração. Cabe também a gestora organizar e zelar pelo bom andamento dos serviços prestados na cozinha, e na limpeza providenciando para que não falte material e que todos os ambientes estejam adequados para receber as crianças

As relações de trabalho no pedagógico sempre exigem mais atenção, pois envolvem um quadro numeroso de pessoas que precisam estar em consonância para que seja desenvolvido de forma adequada. Assim as coordenadoras pedagógicas buscam através de intervenções nos momentos de estudo direcionar os projetos e as atividades que serão realizadas para alcançar objetivos específicos.

Faz parte das relações de trabalho as ações desenvolvidas junto às famílias, comunidade, parceiros e funcionários para a participação e responsabilidade na manutenção da instituição trazendo assim a consciência no exercício da cidadania, a participação social e política.

7. AVALIAÇÃO

O processo da avaliação na educação infantil apresenta características peculiares: não tem caráter promocional e visa acompanhar o processo do desenvolvimento integral da criança e a construção do seu conhecimento.

Assim, nessa etapa, a finalidade da avaliação é que possibilite a tomada decisões educativas, para observação, evolução e o progresso da criança, e como também para planejar intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades diárias.

- A avaliação é realizada em diferentes momentos: Há tipos de avaliação que são considerados e experiências prévias da criança;
- A avaliação diagnóstica, que ocorre no início do ano letivo a fim de verificar ps conhecimentos necessários e experiências previas da criança;
- A avaliação contínua é realizada ao longo do ano através de diferentes situações propostas pelo professor. Considerada de grande importância porque permite a intervenção a partir das informações que se obtém no momento em que acontece, proporcionando perceber avanços e as dificuldades.

A avaliação é indispensável para valorizar a diversidade das crianças que formam o grupo.

Quanto ao registro das avaliações, utiliza-se nos CIM o RDC (Registro de Desenvolvimento da criança) sugerido pela SEMD / Betim. Esse documento tem o objetivo de observar, verificar avanços e limitações da criança e devera ser preenchido por idade, ao longo do ano letivo.

Outros instrumentos de avaliação são adotados para acompanhar o processo de aprendizagem como: portfólio, relatórios, fotografias e etc.

É necessário também analisar e revisar a prática, elementos indispensável para torná-la mais coerente e fundamental, para traçar novas estratégias, assegurando a construção do conhecimento levando em consideração o desenvolvimento da criança em relação a si mesmo e ao grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explicitar as finalidades de nossa instituição aponta o sentido e a razão de ser dessa, que é colocar sempre a criança como o centro do trabalho realizado e do, portanto do processo educativo.

A intenção da construção deste Projeto Político Pedagógico foi adequar o trabalho desenvolvido as demandas sociais sem perder de vista a história que nos constituiu com suas dificuldades e avanços. Isto sob a certeza de que através do resgate dos erros é que pudemos ter oportunidade de pensar o presente e planejar o futuro.

Desta forma lembrando estarmos diante de uma gestão democrática a elaboração do PPP, será o um instrumento fundamental para a efetivação da participação de todos os envolvidos no processo participativo e democrático. Assumindo assim uma nova postura com compromisso coletivo, ilimitado de possibilidades que nos leva a pensar a qualidade da educação

Assim com posse deste instrumento que vai direcionar e ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da instituição, o PPP, de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa teremos o caminho mais acertado para reinventar a nossa escola dando significado às suas finalidades e objetivos. Pois neste momento esta representada pelo compromisso de um grupo com a uma trajetória no cenário educacional.

Sendo assim pode-se dizer que contamos com a contribuição de todos os membros da comunidade escolar para que este projeto seja executado na prática do cotidiano, do Centro Infantil Municipal Wilma da Costa Pinto Afonso, visando sempre trazer às crianças o reconhecimento como sujeitos com direitos aos cuidados e à educação em caráter educativo.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 30 de julho de 2014.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1991.

CURY; Carlos R. **O direito à educação:** um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: escola de gestores, 2005.

DEMO, Pedro, 2001. **Pobreza Política.** 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. .27

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da escola e democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor.** Brasília: Em Aberto, 2000.